

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MANAUS - AM

Edital 41/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
41/2025	257027-DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MANAUS - AM	IGNA MARA RODRIGUES	27/04/2026 13:25 (v 0.10)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	144/2025	25037.001648/2025-73

1. DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO

90000/2026

CONTRATANTE (UASG)

257027 - DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MANAUS - AM

OBJETO

Registro de preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento, em caráter continuado, de Água Mineral Natural, sem gás, envasada em garrações de 20 (vinte) litros e de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13 (treze) kg especificado(s)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 157.581,00 (Cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta e um reais.)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Data 22/05/2026 11h (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Menor preço por item

Modo de disputa:

Aberto

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

NÃO

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90000/2026

(Processo Administrativo nº25037.001648/2025-73)

Torna-se público que o(a) DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA MANAUS - DSEI/MAO, por meio do SELOG, sediado na Avenida Djalma Batista, 1018, bairro Chapada, na cidade de Manaus/AM, CEP 69050-010, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral natural, sem gás, envasada em garrações de 20 (vinte) litros e gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13 (treze) kg, para atender as necessidades operacionais e assistenciais da Sede do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI/Manaus, da CASAI e Polo base, garantindo a continuidade dos serviços prestados à população indígena, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

- 3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 3.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, observadas as seguintes condições:
- 3.6.1. Item 1 (Gás Refino de Petróleo - GLP), não será aplicada reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, em razão da inviabilidade operacional do fracionamento do objeto, nos termos do art. 49, III, da Lei Complementar nº 123/2006.
- 3.6.2. Item 2 (Água Mineral Natural - 20L), a participação na licitação é exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que seu valor estimado de R\$ 64.757,16 é inferior ao limite previsto no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.
- 3.9. Não poderão disputar esta licitação:
- 3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.9.3. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.9.4. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.9.5. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.9.6. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.9.7. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.9.8. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.9.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da contratação possui caráter público, nos termos do art. 24 da Lei nº 14.133/2021, sendo divulgados os preços unitários e o valor total estimado da contratação conforme item 1.1. do Termo de Referência.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.6.1. A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.7.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrito como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4. ou 5.6. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. valor unitário e total do item;

6.1.2. Fabricante;

6.1.3. O licitante deverá indicar, para cada item ofertado, exclusivamente uma única marca e respectivo fabricante. Serão desclassificadas as propostas que apresentarem múltiplas marcas para o mesmo item, marcas inexistentes no mercado ou descrições genéricas, tais como “conforme TR” ou “diversos”, por configurarem descumprimento às especificações do edital;

6.1.4. Quantidade cotada, devendo respeitar o mínimo estipulado no Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação

dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,01 (um centavo).

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.17. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

7.18. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.18.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.18.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.18.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;

7.18.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.

7.19. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.19.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.19.2. empresas brasileiras;

7.19.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.19.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.20. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.21.4. O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada,

acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.10 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sicaf;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.6.1. conter vícios insanáveis;

8.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.6.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.7.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.8. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.11. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por meio digital (PDF e/ou planilha) devidamente identificado.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.6. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.8. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.10.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.11. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.11.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de NO MÍNIMO, DUAS HORAS, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.12.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.13 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 02 (DUAS) horas, para:

9.13.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.13.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.13.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.11.1.

9.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.6.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05(cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1. a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2. a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência/Projeto Básico, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item (ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1. dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2. dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1. quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2. quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1. convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2. adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados por meio do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e do sistema Compras.gov.br, podendo esclarecimentos adicionais serem solicitados pelo e-mail dseimanaslicitacao@saude.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1. advertência;

14.2.2. multa;

14.3.3. impedimento de licitar e contratar e

14.3.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

14.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: dseimanaslicitacao@saude.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Av. Djalma Batista, nº 1018- Chapada, CEP: 69050-010, na cidade de Manaus /AM.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro /Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação /Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1. Termo de Referência;

16.11.2. Estudo Técnico Preliminar;

16.11.3. Minuta de Termo de Contrato;

16.11.4. Minuta de Ata de Registro de Preços;

Manaus, 24 de abril de 2026.

ANDRE RICARDO PEREIRA CORREA
Autoridade competente

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO BOSCO BAGGIO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 18:01:40.

ZORANEIDE RAMOS DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 13:25:05.

ANDRE RICARDO PEREIRA CORREA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 17:11:52.

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MANAUS - AM

Termo de Referência 63/2025

Informações Básicas

Número do artefato UASG 63/2025
UASG 257027-DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MANAUS - AM
Status ASSINADO
Editado por IGNA MARA RODRIGUES
Atualizado em 27/04/2026 13:20 (v 3.11)

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	144/2025	25037.001648/2025-73

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de água mineral natural sem gás, em garrações de 20L e gás liquefeito de petróleo - GLP, em botijões de 13kg, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Gás Refino de Petróleo - GLP	461652	Unidade	432	R\$214,87	R\$ 92.823,84
2	Água Mineral Natural - 20L	445485	Unidade	3.636	R\$17,81	R\$ 64.757,16

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4.1. O fornecimento é caracterizado como serviço de natureza continuada em razão da necessidade permanente e ininterrupta de abastecimento das unidades administrativas, assistenciais e polos-base do DSEI/Manaus, considerando que a ausência de água mineral e GLP compromete diretamente o funcionamento das CASAI, o preparo de alimentos, a higiene sanitária e a continuidade das ações de atenção primária à saúde indígena.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A presente contratação está alinhada às diretrizes do Plano de Logística Sustentável (PLS) do Ministério da Saúde e às práticas de governança dispostas na Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021.

4.1.2. Os critérios de sustentabilidade observam as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e abrangem todas as fases do ciclo de vida dos bens, conforme descrito a seguir:

a) Produção

- Água Mineral: O processo de extração e envase deverá atender à Resolução CNRH nº 76/2007 (gestão integrada de recursos hídricos) e, crucialmente, aos padrões microbiológicos da RDC ANVISA nº 724, de 2022. As embalagens devem ser recicláveis e/ou conter percentual de material reciclado.
- Gás GLP: O processo de envase deverá atender às normas de segurança da ANP. Os botijões devem ser reutilizáveis e certificados conforme a norma ABNT NBR 8460:2022.

b) Distribuição

- Água Mineral: A logística deverá seguir as boas práticas da RDC ANVISA nº 173/2006.
- Gás GLP: O transporte do produto, por ser perigoso, deverá observar as normas da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), além da legislação da ANP.

c) Uso

- Água Mineral e Gás GLP: O consumo deve ser orientado de forma racional, evitando desperdícios e priorizando o uso de equipamentos com maior eficiência energética.

d) Destinação Final (Logística Reversa)

- Água Mineral e Gás GLP: Em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a contratada será responsável pela logística reversa, garantindo o recolhimento e a correta destinação dos garrafões (conforme ABNT NBR 14222:2021) e dos botijões ao final de sua vida útil.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

Da Reserva de Cota

4.4. Para o Item 1 (Fornecimento de Gás GLP), não será aplicada reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte ao item referente ao fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo – GLP, nos termos do art. 49, III, da Lei Complementar nº 123/2006.

4.4.1. A inaplicabilidade da cota reservada decorre da inviabilidade operacional de fracionamento do objeto, considerando que o fornecimento envolve logística integrada e contínua para atendimento de múltiplos polos-base e unidades descentralizadas do DSEI/Manaus, situadas em localidades distintas e de difícil acesso.

4.4.2. A divisão do fornecimento entre cota principal e cota reservada comprometeria a gestão logística, a padronização operacional, a economicidade e a continuidade do abastecimento, podendo ocasionar prejuízo ao conjunto do objeto contratado e risco à regular execução contratual.

4.4.3. A medida observa o disposto no art. 49, III, da Lei Complementar nº 123/2006, diante da demonstração de prejuízo operacional e administrativo ao complexo da contratação.

Da Participação Exclusiva

4.5. A licitação para o Item 2 (Fornecimento de Água) será exclusiva para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, tendo em vista que seu valor estimado é inferior ao limite previsto no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.2. O fornecimento será realizado de forma parcelada, sob demanda, mediante a emissão de Ordem de Fornecimento (OF) ou instrumento equivalente pelo DSEI/Manaus, que indicará os quantitativos e os locais exatos de entrega.

Item	Quant. de Parcelas Mensal	Composição da parcela	Endereços de entrega	Prazo de entrega
1 - Gás GLP (13kg)	12 ^a	36 / Mês	CASAI Manicoré - AM e Polo tipo II: Boca do Jauari - Rua Grijalva Campos de França, nº 51, Bairro Andaraí, Manicoré-AM, CEP: 69280-000. CASAI Manacapuru-AM: Rua Gaspar Fernandes, 509 - Centro, Manacapuru-AM, CEP: 69400-448. CASAI Nova Olinda do Norte-AM e Polo tipo II Laranjal: Rua Itacoatiara, S/N, Bairro Chicolândia, Nova Olinda do Norte-AM, CEP: 69230-000.	

2 - Gás GLP (13kg)	12 ^a	36 / Mês	<p>Polo tipo II Manaquiri-AM: Rua Capitoline Freire, nº 63, Bairro Ajuricaba, Manaquiri-AM, CEP: 69435-000.</p> <p>Polo tipo II Anamá-AM: Rua Álvaro Maia, 147, Bairro Centro, Anamá-AM, CEP: 69445-000.</p> <p>Polo tipo II Careiro Castanho-AM: Av. Adail de Sá, 909 A, Bairro Centro, Careiro-AM, CEP: 69250-000.</p> <p>Polo tipo II Beruri: Rua Dom Pedro I, nº 21, Bairro São Francisco, Beruri-AM, CEP: 69430-000.</p> <p>Polo tipo II Nossa Senhora da Saúde: Comunidade Nossa Senhora da Saúde, Rio Cueiras, Zona Rural, Manaus-AM, CEP: 69048-992 (CEP de referência para a zona rural da BR-174).</p> <p>Polo tipo II Pantaleão-Autazes-AM: Rua Francisco Barroncas, S/N, Bairro Santa Luzia, Autazes-AM, CEP: 69240-000.</p> <p>Polo tipo II Urucará-AM: Rua Coronel Libório, S /N, Bairro São Pedro, Urucará-AM, CEP: 69130-000.</p>	05 (cinco) dias úteis
2 - Água Mineral (20L)	12 ^a	303 / Mês	DSEI (sede) e CASAI Manaus-AM - Avenida Djalma Batista, nº 1018, subsolo, Bairro Chapada, Manaus-AM, CEP: 69050-010.	05 (cinco) dias úteis

5.3. Caso não seja possível a entrega no prazo assinalado, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **2 (dois) dias úteis** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues nos seguintes locais, conforme especificado na Ordem de Fornecimento:

Item 1 – Gás Liquefeito de Petróleo (Recarga 13kg):

a) Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI):

CASAI Manicoré - AM: Rua Grijalva Campos de França, nº 51, Bairro Andaraí, Manicoré-AM, CEP: 69280-000.

CASAI Manacapuru-AM: Rua Gaspar Fernandes, 509 - Centro, Manacapuru-AM, CEP: 69400-448.

CASAI Nova Olinda do Norte-AM: Rua Itacoatiara, S/N, Bairro Chicolândia, Nova Olinda do Norte-AM, CEP: 69230-000.

b) Polos Base de Saúde Indígena:

Polo tipo II Laranjal: Rua Itacoatiara, S/N, Bairro Chicolândia, Nova Olinda do Norte-AM, CEP: 69230-000.

Polo tipo II Boca do Jauari - Rua Grijalva Campos de França, nº 51, Bairro Andaraí, Manicoré-AM, CEP: 69280-000.

Polo tipo II Manaquiri-AM: Rua Capitoline Freire, nº 63, Bairro Ajuricaba, Manaquiri-AM, CEP: 69435-000.

Polo tipo II Anamã-AM: Rua Álvaro Maia, 147, Bairro Centro, Anamã-AM, CEP: 69445-000.

Polo tipo II Careiro Castanho-AM: Av. Adail de Sá, 909 A, Bairro Centro, Careiro-AM, CEP: 69250-000.

Polo tipo II Beruri: Rua Dom Pedro I, nº 21, Bairro São Francisco, Beruri-AM, CEP: 69430-000.

Polo tipo II Nossa Senhora da Saúde: Comunidade Nossa Senhora da Saúde, Rio Cueiras, Zona Rural, Manaus-AM, CEP: 69048-992 (CEP de referência para a zona rural da BR-174).

Polo tipo II Pantaleão-Autazes-AM: Rua Francisco Barroncas, S/N, Bairro Santa Luzia, Autazes-AM, CEP: 69240-000.

Polo tipo II Urucará-AM: Rua Coronel Libório, S/N, Bairro São Pedro, Urucará-AM, CEP: 69130-000

Item 2 – Água Mineral Natural (Recarga 20L):

a) Sede do DSEI/Manaus e Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASAI):

Avenida Djalma Batista, nº 1018, subsolo, Bairro Chapada, Manaus-AM, CEP: 69050-010.

5.4.1. Para o **Item 1 (Gás GLP)**, a Contratada deverá garantir que os botijões entregues:

a) Estejam em perfeito estado de conservação, sem amassados, corrosão ou avarias que comprometam a segurança;

b) Possuam lacre de segurança intacto da distribuidora;

c) Atendam a todas as normas de segurança da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e do INMETRO, incluindo o selo de identificação e o prazo de requalificação do cilindro válido.

5.4.2. Para o **Item 2 (Água Mineral)**, por se tratar de produto perecível, o prazo de validade, na data da efetiva entrega, deverá ser de, no mínimo, 3 (três) meses restantes para o término de sua validade total recomendada pelo fabricante.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.6. A contratada deverá assegurar que os produtos entregues correspondam integralmente às especificações deste Termo de Referência, garantindo sua qualidade e segurança.

5.7. Qualquer produto que, no ato do recebimento ou durante o seu prazo de validade, apresente vício, defeito ou inconformidade (ex: garrafão de água com lacre violado, botijão de gás com vazamento ou fora das normas de segurança) deverá ser substituído pela contratada, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a notificação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato, o DSEI/Manaus poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.15.1. O fiscal técnico, ou preposto por ele designado, emitirá a Ordem de Fornecimento por meio eletrônico, especificando o quantitativo de cada item e o local da entrega.

6.15.2. No ato da entrega (recebimento provisório), o fiscal técnico ou preposto deverá realizar a conferência quantitativa (contagem dos itens) e qualitativa, verificando, no mínimo:

a) Para a água mineral: a integridade dos lacres, a limpeza dos garrafões e o prazo de validade impresso na embalagem;

b) Para o gás GLP: a existência e integridade do lacre da distribuidora, a ausência de avarias (ferrugem excessiva, amassados) e a presença do selo de segurança do INMETRO com o prazo de requalificação do botijão válido.

6.15.3. Caso seja identificada qualquer não conformidade durante a conferência, o fiscal deverá rejeitar o(s) produto(s) defeituoso(s), registrar a ocorrência no verso da nota fiscal ou documento de entrega e notificar imediatamente a contratada para que proceda à substituição no prazo acordado.

6.15.4. Estando os produtos em conformidade com o solicitado, o fiscal técnico atestará o recebimento na nota fiscal ou documento de entrega, ato que configurará o recebimento definitivo e liberará o documento para os trâmites de pagamento.

6.15.5. O fiscal administrativo, de posse da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal técnico, deverá verificar a regularidade fiscal da contratada (consulta ao SICAF ou sistemas equivalentes) antes de encaminhar o processo para a liquidação e o pagamento da despesa.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensinar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h”, será aplicada multa de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, será aplicada multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, será aplicada multa de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato.

7.2.4.7.1. Entrega de produto em desacordo com as especificações de qualidade ou segurança (ex: lacre violado, botijão avariado), que resulte na rejeição da parcela, será aplicada multa compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela rejeitada, independentemente da obrigação de substituição do produto.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30(trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.9.1. o prazo de validade;

8.9.2. a data da emissão;

8.9.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.9.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.9.5. o valor a pagar; e

8.9.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de

acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.12.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.12.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.19. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.23. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.24. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.24.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.24.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização

dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.24.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.24.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.25. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.26. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.27. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.28. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.29. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.30. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.31. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.32. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.33. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será parcelado e continuado.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital OU tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.9. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Deverá ser apresentado, conforme o item para o qual o licitante apresentar proposta, o seguinte Ato de autorização para o exercício da atividade:

9.12.1. Item 1 (Gás GLP):

- **Atividade:** Revenda de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).
- **Órgão Competente:** Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).
- **Fundamento Legal:** Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e regulamentação específica da ANP.
- **Comprovação:** O licitante deverá apresentar o Certificado de Autorização de Revendedor de GLP válido, emitido pela ANP em seu nome.
-

9.12.2. Item 2 (Água Mineral):

- **Atividade:** Lavra e envase de água mineral natural.
- **Órgão Competente:** Agência Nacional de Mineração (ANM).

- **Fundamento Legal:** Decreto-Lei nº 7.841, de 8 de agosto de 1945 (Código de Águas Minerais).
- **Comprovação:** O licitante deverá apresentar a Portaria de Lavra, emitida pela ANM em nome do produtor da água a ser fornecida, acompanhada de documento que comprove o vínculo comercial (ex: contrato de distribuição ou declaração) entre o licitante e o detentor da portaria.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.25. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.27. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.28. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.29. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.30. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.31. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, por meio da apresentação de um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.31.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão comprovar a execução de contrato(s) anterior(es) com as seguintes características mínimas, conforme o item para o qual o licitante apresentar proposta:

9.31.1.1. Item 1 - Gás Liquefeito de Petróleo (Recarga 13kg):

a) Objeto: Fornecimento de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP).

b) Quantitativo Mínimo: Fornecimento de, no mínimo, 65 (sessenta e cinco) unidades, correspondente a 15% do total estimado.

9.31.1.2. Item 2 - Água Mineral Natural (Recarga 20L):

a) Objeto: Fornecimento de água mineral natural envasada.

b) Quantitativo Mínimo: Fornecimento de, no mínimo, 546 (quinhentas e quarenta e seis) unidades, correspondente a 15% do total estimado.

c) Característica Adicional: A experiência deverá incluir logística de entrega fracionada em múltiplos locais.

9.31.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.31.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.31.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.32. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.33. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.34. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.35. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.36. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 157.581,00 (cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta e um reais e zero centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

~~(Contratações de pequeno valor – art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024)~~

OU

~~(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor – art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)~~

~~1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO~~

~~1.1. O adjudicatário terá o prazo de, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato [Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização] **OU** [constante deste Anexo], sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.~~

~~1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.~~

~~1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:~~

~~1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;~~

~~1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no **Edital **OU** na Autorização de Contratação Direta e/ou no Aviso de Dispensa Eletrônica**, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).~~

~~2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO~~

~~2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.~~

~~2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.[A1]~~

~~2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin)[A2].~~

~~2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.~~

~~2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.~~

~~2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.~~

OU

2.8. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A3].

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

~~3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;~~

~~3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;~~

~~3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;~~

~~3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;~~

~~3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;~~

~~3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;~~

~~3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.~~

~~— 3.1.8.1 A Administração terá o prazo de XXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]~~

~~3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XXXXXX.[A5]~~

~~3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.[A6] [A7]~~

~~3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.~~

~~4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]~~

~~4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:~~

~~4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada[A9];~~

~~4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;~~

~~4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;~~

~~4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;~~

~~4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]~~

~~4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;~~

~~4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:~~

~~— 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;~~

~~— 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;~~

~~— 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;~~

~~— 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e~~

~~— 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;~~

~~4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;~~

~~4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.~~

~~4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.~~

~~4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;~~

~~4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;~~

~~4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;~~

~~4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;~~

~~4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;~~

~~4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;~~

~~4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;~~

~~4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;~~

~~4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.~~

~~4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.~~

~~4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]~~

~~4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12];~~

~~4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;~~

~~4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;~~

~~4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;~~

~~4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.~~

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

~~5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.~~

~~5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação:~~

~~5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:~~

~~— 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e~~

~~— 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]~~

OU

~~5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A14].~~

~~5.5. A contratação poderá ser extinta antes do prazo fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que a contratação não mais-lhe oferece vantagem.~~

~~5.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário da contratação, desde que haja a notificação do Contratado pelo Contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.~~

~~5.7. Caso a notificação da não continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A15]~~

OU

5.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A16] contraentes.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa:

— 5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

— 5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto:

— 5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva:

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

— 5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

— 5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

— 5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório:

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau:

6. DOS CASOS OMISSOS

~~6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]~~

7. ALTERAÇÕES

~~7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.~~

~~7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.~~

~~7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]~~

~~7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.~~

~~7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.~~

8. FORO

~~8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.~~

14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

~~Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital OU Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.~~

Local UF, de de 20....

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO BOSCO BAGGIO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 17:48:48.

ZORANEIDE RAMOS DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 13:20:54.

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MANAUS - AM

Estudo Técnico Preliminar 31/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 25037.001648/2025-73

2. Descrição da necessidade

2.1. O presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) fundamenta a necessidade de contratação de empresa para o fornecimento contínuo de dois insumos essenciais: (i) água mineral natural sem gás, em recargas para garrações de 20 litros, e (ii) gás liquefeito de petróleo (GLP), em recargas para botijões de 13kg. A contratação visa assegurar o pleno funcionamento das atividades administrativas e assistenciais do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) Manaus.

2.2. Ambos os itens são classificados como bens de consumo de natureza comum, conforme definição do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, pois seus padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos pelo mercado. Não se enquadram como bens de luxo, mas sim como suprimentos indispensáveis à manutenção das condições mínimas de trabalho, saúde e acolhimento.

2.3. Justificativa para o Fornecimento de Água Mineral:

2.3.1. A aquisição é imperativa para garantir o abastecimento regular da sede do DSEI/Manaus e da Casa de Apoio à Saúde Indígena (CASA) Manaus. O insumo é vital para o consumo diário de profissionais e dos indígenas e acompanhantes acolhidos, especialmente onde o fornecimento de água potável da rede pública é precário ou inexistente. A sua disponibilidade contínua é uma medida de segurança sanitária, prevenindo doenças de veiculação hídrica e garantindo um ambiente de trabalho e acolhimento salubre.

2.4. Justificativa para o Fornecimento de Gás GLP:

2.4.1. O GLP é um insumo estratégico para a CASA/Manaus e para os Polos Base, sendo imprescindível para o funcionamento das cozinhas no preparo de refeições. Além disso, garante o apoio a procedimentos de saúde, como a esterilização de materiais em autoclaves não elétricas em locais sem energia estável e a realização de exames (a exemplo do processamento de amostras para diagnóstico de tuberculose). A disponibilidade de GLP impacta diretamente a segurança alimentar, a continuidade dos tratamentos e o respeito a práticas culturais que envolvem banhos terapêuticos e o uso de chás.

2.5. Fundamentação da Atuação do DSEI/Manaus:

2.5.1. A responsabilidade do DSEI/Manaus em prover estes insumos está fundamentada nas normas do Ministério da Saúde. Conforme a Portaria GM/MS nº 1.419/2017 e a Portaria GM/MS nº 1.802/2015, as CASA são estabelecimentos de saúde responsáveis pelo "apoio, acolhimento e assistência aos indígenas", o que inclui o fornecimento de alimentação e o suporte logístico. Tais atribuições tornam a aquisição de água e GLP uma ação inerente à missão institucional do Distrito.

2.6. Conclusão da Necessidade:

2.6.1. Diante do exposto, a contratação é indispensável para a continuidade do serviço público de saúde indígena. A ausência de qualquer um dos insumos comprometeria severamente as atividades operacionais e assistenciais, com potencial prejuízo à saúde e ao bem-estar da população atendida, justificando o prosseguimento do processo licitatório para garantir o abastecimento regular e ininterrupto.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
SERVIÇO DE RECURSOS LOGÍSTICOS (SELOG-MAO)	PEDRO DA COSTA LIMA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação visa ao fornecimento contínuo e parcelado de água mineral natural sem gás (em recargas para garrações de 20 litros) e gás liquefeito de petróleo – GLP (em recargas para botijões de 13kg), para suprir, sob demanda, as necessidades das unidades do DSEI /Manaus, CASAI/Manaus e Polos base.

4.1. Requisitos de Sustentabilidade

4.1.1. Em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, a contratação deverá seguir critérios que minimizem os impactos ambientais em todo o ciclo de vida dos produtos.

4.1.1.1. **Logística Reversa:** A principal medida de sustentabilidade é a utilização de recipientes retornáveis (garrações e botijões). A empresa contratada será integralmente responsável pelo recolhimento dos vasilhames vazios e por sua correta destinação, incluindo a requalificação (no caso do GLP) e o descarte adequado ao final da vida útil, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

4.1.1.2. **Crterios de Desempate:** Conforme o art. 60 da Lei nº 14.133/2021, será considerado um critério de desempate o licitante que comprove possuir certificação ambiental, como a ISO 14001, ou desenvolva programa de integridade.

4.2. Requisitos Gerais da Contratação

4.2.1. **Vedação de Marca:** Não será indicada ou exigida marca específica para os produtos, em conformidade com o art. 41 da Lei nº 14.133/2021, a fim de garantir a ampla competitividade.

4.2.2. **Subcontratação:** Não será permitida a subcontratação do objeto, dada a necessidade de assegurar a responsabilidade direta do contratado pela qualidade e logística da entrega.

4.2.3. **Garantia Contratual:** A exigência de garantia de execução contratual será dispensada, com fundamento na faculdade prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de fornecimento de bens de consumo com baixo risco de inadimplemento.

4.3. Requisitos de Habilitação

4.3.1. Os licitantes deverão comprovar sua capacidade de executar o objeto, conforme os arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

4.3.1.1. **Habilitação Jurídica:** Apresentação dos documentos de constituição da empresa (contrato social, estatuto ou equivalente) devidamente registrados no órgão competente.

4.3.1.2. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:** Comprovação de regularidade junto às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao FGTS e à Justiça do Trabalho, além da inscrição no CNPJ.

4.3.1.3. **Qualificação Econômico-Financeira:** Apresentação de certidão negativa de falência e dos demonstrativos contábeis dos últimos dois exercícios sociais. Será facultada a exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido de até 10% do valor estimado do contrato, caso os índices de liquidez sejam insuficientes, conforme o § 4º do art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

4.3.1.4. **Qualificação Técnica:** Comprovação de aptidão para o fornecimento dos bens, por meio de, no mínimo, um atestado de capacidade técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre a execução de contrato anterior compatível em características e quantidades.

4.3.1.5. O quantitativo mínimo exigido no atestado (ou somatório de atestados) será de 15% do total estimado para o item correspondente.

4.3.1.6. Caso um licitante seja vencedor em ambos os itens, deverá comprovar capacidade técnica para a soma dos quantitativos.

4.4. Disposições sobre a Execução

4.4.1. **Modalidade e Critério de Julgamento:** A licitação será na modalidade Pregão Eletrônico, com critério de julgamento de menor preço por item. A escolha pelo Pregão é obrigatória para bens e serviços comuns, conforme o art. 29 da Lei nº 14.133/2021.

4.4.2. **Recebimento do Objeto:** O recebimento dos bens seguirá as etapas de recebimento provisório e definitivo, conforme o art. 140 da Lei nº 14.133/2021, para verificação da conformidade com as especificações.

4.4.3. **Sanções:** O descumprimento das obrigações sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas nos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa, impedimento de licitar e contratar, e declaração de inidoneidade.

4.5. Modo de Disputa: Será adotado o modo de disputa aberto, nos termos do art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021. Esta escolha se justifica por se tratar da aquisição de bens comuns, cujo critério de julgamento é o menor preço, sendo o modo de disputa aberto o que melhor promove a ampla competição por meio da oferta de lances sucessivos e decrescentes pelos licitantes.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Este levantamento analisa as soluções disponíveis no mercado para atender à demanda de fornecimento contínuo de **água mineral potável**, essenciais para a manutenção das atividades nas unidades do DSEI/Manaus e CASAI/Manaus e fornecimento contínuo de **gás liquefeito de petróleo (GLP)**, para atender à demanda dos Polos e CASAI/Manaus.

Água Mineral Potável

5.2. Justificativa da Necessidade

5.2.1. O fornecimento contínuo de água potável é um requisito fundamental para a saúde e o bem-estar dos usuários e para a continuidade dos serviços de saúde indígena. Considerando que a rede pública de abastecimento é inexistente ou insuficiente em muitas das localidades atendidas, a contratação de uma solução de fornecimento externo se mostra indispensável.

5.3. Análise das Soluções Disponíveis

5.3.1. Foram identificadas três soluções principais no mercado para suprir a demanda:

5.3.1.1. Solução 1 - Fornecimento de Água Mineral em Embalagens Descartáveis (ex: 2 Litros) Consiste no fornecimento de água mineral em garrafas plásticas de menor volume, geralmente descartáveis.

- **Vantagens:**

- **Manuseio Individual:** Facilita a distribuição e o controle de consumo por pessoa ou por setor.
- **Logística de Aquisição:** Produto de fácil aquisição no mercado varejista, permitindo compras pontuais.

- **Desvantagens:**

- **Custo por Litro Elevado:** O valor por litro é significativamente superior em comparação com embalagens de maior volume, tornando a solução economicamente desvantajosa para consumo contínuo em larga escala.
- **Impacto Ambiental Negativo:** Gera um volume expressivo de resíduos plásticos, em desacordo com os princípios de sustentabilidade e a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).
- **Logística Complexa:** Exige reposições muito frequentes, maior espaço para armazenamento de um grande número de unidades e maior esforço de gerenciamento de estoque.

5.3.1.2. Solução 2: Fornecimento de Água Mineral em Garrafões Retornáveis de 20 Litros Alternativa que utiliza garrafões reutilizáveis, acoplados a dispensadores (bebedouros), amplamente adotada em ambientes institucionais.

- **Vantagens:**

- **Sustentabilidade:** A reutilização dos garrafões reduz drasticamente a geração de resíduos plásticos, alinhando-se às diretrizes de contratações sustentáveis.
- **Economicidade:** Apresenta o menor custo por litro, representando uma solução de maior vantajosidade econômica a longo prazo.
- **Otimização Logística:** Reduz a frequência de entregas e a necessidade de espaço físico para armazenamento, comparativamente às embalagens menores.

- **Desvantagens:**

- **Manutenção de Dispensadores:** Os bebedouros requerem higienização periódica para garantir a qualidade da água.
- **Manuseio:** Os garrafões são pesados, exigindo maior esforço físico para sua substituição.

- **Planejamento de Reposição:** Requer um controle logístico para a devolução dos recipientes vazios e o recebimento dos cheios, evitando desabastecimento.

5.3.1.3. Solução 3: Instalação de Sistemas de Filtragem e Purificação de Água Solução que envolve a instalação de equipamentos que purificam a água proveniente da rede pública, utilizando tecnologias como osmose reversa, carvão ativado ou radiação ultravioleta.

- **Vantagens:**

- **Fornecimento Ininterrupto:** Uma vez instalado, o sistema oferece água potável de forma contínua, eliminando a dependência de entregas externas.
- **Sustentabilidade Máxima:** Elimina completamente o uso de embalagens plásticas para o fornecimento de água.

- **Desvantagens:**

- **Custo Inicial Elevado:** Requer um investimento significativo na aquisição e instalação dos equipamentos.
- **Manutenção Técnica Especializada:** Exige contratos de manutenção preventiva e corretiva para garantir a eficácia da purificação e a qualidade da água.
- **Inviabilidade Estrutural:** É totalmente dependente da existência de uma rede pública de abastecimento de água com pressão e vazão constantes, o que é uma realidade inexistente na maioria dos Polos Base e unidades remotas do DSEI/Manaus.

5.4. Avaliação e Justificativa da Solução Escolhida para Água Mineral

5.4.1. Após análise comparativa, o fornecimento de água mineral em garrações retornáveis de 20 litros se apresenta como a solução mais vantajosa, equilibrando eficiência, economicidade e sustentabilidade para a realidade do DSEI/Manaus. A escolha é fundamentada nos seguintes pontos:

- **Vantajosidade Econômica:** A contratação se restringirá à aquisição das recargas de água mineral, uma vez que a Administração **já possui os garrações vazios**. Isso elimina custos com a compra de novas embalagens e otimiza a aplicação dos recursos públicos.
- **Eficiência Logística:** O maior volume dos garrações simplifica a logística de entrega e o gerenciamento de estoque, fator crucial para atender localidades de difícil acesso.
- **Sustentabilidade:** O modelo de embalagens retornáveis está em plena conformidade com as diretrizes de responsabilidade ambiental, promovendo a reutilização e minimizando a geração de resíduos.
- **Inviabilidade Operacional de Alternativas:** A execução direta pela Administração é inviável, pois o DSEI/Manaus não possui estrutura, licenciamento ou competência legal para a extração, envase e distribuição de água mineral. A contratação de uma empresa especializada é, portanto, a única solução exequível para garantir a qualidade e a segurança do produto.

Gás Liquefeito de Petróleo (GLP)

5.5. Justificativa da Necessidade

5.5.1. O fornecimento regular de GLP é vital para o funcionamento das cozinhas e a preparação de alimentos nas unidades assistenciais (CASA, Polos Base), impactando diretamente a qualidade do acolhimento e do serviço de saúde prestado. A ausência de rede de gás canalizado torna imperativa a adoção de uma solução logística eficaz e segura.

5.5.2. Análise das Soluções Disponíveis

5.5.2.1. **Solução 1:** Fornecimento de GLP a Granel com Tanques Estacionários Consiste na instalação de tanques fixos de grande capacidade, que são reabastecidos periodicamente por caminhões-tanque.

- **Vantagens:**

- **Grande Autonomia:** A capacidade elevada dos tanques reduz a frequência de reabastecimento.
- **Redução de Manuseio:** Minimiza a necessidade de troca manual de botijões.

- **Desvantagens:**

- **Alto Custo de Infraestrutura:** Exige investimento elevado em tanques, centrais de gás, tubulações e adequações civis.
- **Requisitos Técnicos e Legais:** Demanda a elaboração de projetos complexos e a obtenção de laudos e licenças do Corpo de Bombeiros, ANP e órgãos ambientais.
- **Inviabilidade Logística e Fundiária:** É operacionalmente inviável para áreas remotas e legalmente complexo em terras indígenas, onde a instalação de estruturas permanentes enfrenta restrições.

5.5.2.2. **Solução 2:** Fornecimento de GLP por meio de Recarga de Botijões Retornáveis de 13kg Modelo tradicional de distribuição de GLP em recipientes padronizados e portáteis, com foco na reposição do insumo.

- **Vantagens:**

- **Logística Flexível e Abrangente:** Os botijões são facilmente transportados por vias terrestres e fluviais, alcançando todas as localidades, inclusive as mais remotas.
- **Baixo Custo de Implantação:** Não exige investimento em infraestrutura fixa, tornando o custo operacional acessível.
- **Operação Simplificada:** A substituição do botijão é imediata, garantindo a continuidade das atividades.
- **Ampla Oferta de Mercado:** Existe um grande número de fornecedores autorizados pela ANP na região, fomentando a competitividade.

- **Desvantagens:**

- **Gestão de Estoque:** Requer um controle rigoroso do consumo e do armazenamento de botijões cheios e vazios.
- **Segurança no Manuseio:** O transporte e o armazenamento exigem a observância estrita das normas de segurança para evitar acidentes.

5.6. Avaliação e Justificativa da Solução Escolhida para Gás GLP

5.6.1. Com base na análise, o fornecimento de GLP por meio de recarga de botijões retornáveis de 13kg é a única solução técnica e logisticamente viável para atender à demanda do DSEI/Manaus. Os principais fatores que justificam esta escolha são:

- **Vantajosidade Econômica:** A contratação se restringirá à aquisição do insumo (recargas de gás GLP), uma vez que a Administração já possui os botijões (vasilhames). Isso elimina custos com a aquisição ou aluguel de novos recipientes, otimiza a aplicação dos recursos públicos e foca o objeto contratual apenas no produto.
- **Adaptabilidade Logística:** É a única solução capaz de se adaptar às diversas realidades de acesso (terrestre e fluvial) das unidades, garantindo capilaridade na entrega.
- **Viabilidade Estrutural:** Dispensa investimentos em obras civis e infraestrutura complexa, sendo a alternativa mais racional do ponto de vista operacional.
- **Segurança e Conformidade Regulatória:** A contratação de empresa especializada transfere para a contratada a responsabilidade pelo cumprimento de todas as normas de segurança da ANP e do Corpo de Bombeiros, desde o envase até a entrega final do produto.
- **Inexequibilidade de Alternativas:** A Administração não possui estrutura, expertise ou atribuição legal para gerenciar um sistema de GLP a granel, tornando a contratação de empresa especializada no fornecimento via recarga de botijões a forma de execução mais segura e eficiente.

5.7. Conclusão Geral do Levantamento de Mercado

5.7.1. Diante do exposto, as soluções mais seguras, eficientes e economicamente vantajosas para garantir o sucesso da contratação são:

- **Para Água Mineral:** Fornecimento por meio de recarga de **garrações retornáveis de 20 litros**.
- **Para Gás GLP:** Fornecimento por meio de recarga de **botijões retornáveis de 13kg**.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução contratual consiste no fornecimento contínuo e parcelado, por meio de recargas, de água mineral natural e gás liquefeito de petróleo (GLP), seguindo rigorosos padrões técnicos de qualidade, segurança e conformidade regulatória para garantir o bem-estar dos usuários e a continuidade dos serviços essenciais nas unidades do DSEI/Manaus, CASAI/Manaus e Polos base.

Água Mineral Natural

6.2. Justificativa dos Requisitos Técnicos

6.2.1. A contratação visa garantir o acesso à água potável de qualidade, um elemento essencial para a saúde. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece a hidratação como pilar da saúde, sendo crucial que a água fornecida possua composição mineral equilibrada e segura para consumo contínuo.

6.2.2. A qualidade da água mineral natural e da água natural é regulamentada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), por meio da RDC nº 717, de 1º de julho de 2022. Esta norma estabelece os padrões de composição e rotulagem, incluindo advertências obrigatórias sobre os teores de sódio e fluoreto, substâncias que, em excesso, podem impactar a saúde.

6.2.3. A exploração de fontes de água mineral é uma atividade regulada e fiscalizada pela Agência Nacional de Mineração (ANM), que concede as autorizações de lavra e aprova os rótulos, garantindo a procedência e a conformidade da fonte.

6.2.4. Com base no arcabouço regulatório, os requisitos técnicos para a água mineral a ser contratada foram definidos para assegurar um produto saudável e seguro, com baixo teor de sódio e pH neutro, alinhado às melhores práticas de saúde.

6.3. Especificações Técnicas do Produto (Água Mineral)

- **Descrição:** Água mineral natural, sem gás, para consumo humano, obtida diretamente de fontes naturais ou por extração de águas subterrâneas.
- **CATMAT:** 445485
- **Composição Química:** Deverá atender aos seguintes parâmetros mínimos de qualidade:
 - pH: Faixa entre 6,0 e 9,5, para garantir potabilidade e neutralidade.
 - Sódio: Concentração máxima de 200 mg/L. Caso superior, o rótulo deverá conter a advertência "CONTÉM SÓDIO", conforme RDC nº 717/2022.
 - Fluoreto: Concentração máxima de 2 mg/L. Rótulos devem seguir as exigências de advertência da RDC nº 717/2022 para teores acima de 1 mg/L.
- **Qualidade Microbiológica:** O produto deverá estar em conformidade com os padrões microbiológicos vigentes, estabelecidos pela RDC nº 724/2022 e IN nº 161/2022 da Anvisa.
- **Regularidade da Fonte:** A fonte de extração da água mineral deverá possuir autorização de lavra válida, emitida pela Agência Nacional de Mineração (ANM).
- **Validade do Produto:** O produto deverá ser entregue com um prazo de validade mínimo de 3 (três) meses a contar da data da entrega.

6.4. Especificações da Embalagem (Garrafão Retornável de 20L)

- **Capacidade:** 20 litros.
- **Material:** Fabricado em polietileno, policarbonato, polipropileno (PET) ou material virgem similar, atóxico e compatível com o contato com alimentos, em conformidade com a norma ABNT NBR 14222:2021.
- **Vida Útil:** Os garrafões deverão ter, no máximo, 3 (três) anos de fabricação, conforme estabelecido na Portaria ANM nº 387, de 2008.
- **Condições de Apresentação:**
 - Deverão estar em perfeito estado de conservação, isentos de fissuras, amassados, ranhuras profundas, odores, resíduos ou avarias que comprometam a higiene e a segurança.
 - O gargalo não poderá apresentar deformações.
 - Deverão ser entregues com lacre de segurança inviolado, que garanta a integridade do produto.

- **Dimensões Padrão:**
 - **Altura total:** 490 mm ($\pm 2,5$ mm).
 - **Diâmetro externo:** 275 mm ($\pm 2,5$ mm).
- **Rotulagem:** O rótulo deverá conter todas as informações obrigatórias exigidas pela ANM e pela Anvisa, incluindo a composição química, o número da portaria de lavra, dados do fabricante e data de validade.

Gás Liquefeito de Petróleo - GLP

6.5. Justificativa dos Requisitos Técnicos

6.5.1. O Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) é um insumo energético indispensável para o preparo de refeições nas unidades do DSEI/Manaus, garantindo a segurança alimentar e o funcionamento dos serviços. A escolha pelo botijão de 13kg se fundamenta na sua praticidade logística, adaptabilidade a equipamentos convencionais e ampla disponibilidade no mercado regional.

6.5.2. A segurança é o critério primordial nesta contratação. O envase, a comercialização e a requalificação dos botijões são atividades estritamente reguladas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e pelo INMETRO, por meio de normas que visam mitigar os riscos associados ao manuseio de um produto inflamável.

6.5.3. A contratação focada na recarga pressupõe que o fornecedor, ao receber o vasilhame vazio da Administração, realize uma inspeção de segurança e o substitua por um botijão cheio, que atenda a todos os requisitos de integridade, validade da requalificação e rastreabilidade, em conformidade com a ABNT NBR 8460:2022.

6.6. Especificações Técnicas do Produto (Gás GLP)

- **Descrição:** Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) de uso institucional, para fins de cocção.
- **CATMAT:** 461652
- **Composição:** Mistura de hidrocarbonetos, majoritariamente propano e butano, devendo atender às especificações de qualidade do Regulamento Técnico da Resolução ANP nº 49, de 2016.
- **Segurança:** O produto deverá ser odorizado (para detecção de vazamentos) e estar isento de impurezas que possam obstruir os equipamentos de consumo.

6.7. Especificações da Embalagem (Botijão Retornável de 13kg)

- **Capacidade Nominal:** 13 kg de GLP.
- **Material:** Fabricado em aço carbono, conforme padrão nacional, e dotado de válvula de segurança.
- **Requalificação:** Os botijões deverão estar com o teste de requalificação válido, realizado em conformidade com a norma técnica **ABNT NBR 8865**, devendo a data da última requalificação estar visivelmente gravada no corpo do recipiente. A data de fabricação não poderá ser superior a 15 anos caso o botijão ainda não tenha sido requalificado.
- **Condições de Apresentação:**
 - Deverão ser entregues em perfeito estado de conservação, sem amassados significativos, corrosão avançada, vazamentos ou danos na válvula.
 - Deverão possuir lacre de segurança inviolado e rótulo de segurança com instruções de manuseio, identificação e contato de emergência da distribuidora autorizada pela ANP.
- **Rastreabilidade:** Deverá conter, em relevo no corpo do botijão, a identificação do fabricante e a data de fabricação, permitindo o controle de sua vida útil (máximo de 15 anos, condicionado às requalificações).
- **Transporte:** O transporte até os locais de entrega é de responsabilidade da contratada, que deverá utilizar veículos adequados e licenciados para o transporte de produtos perigosos.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A estimativa dos quantitativos para a contratação de água mineral natural e gás liquefeito de petróleo (GLP) foi elaborada com base em critérios técnicos, no histórico de consumo e nas necessidades operacionais específicas das unidades a serem atendidas pelo DSEI/Manaus, CASAI/Manaus e Polos base, visando garantir a precisão da demanda e a eficiência na alocação de recursos públicos.

7.2. Recomenda-se que a vigência seja de 12 (doze) meses, contados da data de sua publicação, conforme faculta o art. 84 da Lei nº 14.133/2021. Este prazo é considerado adequado para atender à necessidade contínua e programada do DSEI/Manaus ao longo de um exercício financeiro, alinhando-se ao Plano de Contratações Anual. A vigência poderá ser prorrogada por igual período, desde que a pesquisa de preços demonstre que as condições permanecem vantajosas para a Administração.

Água Mineral Natural

7.3. Justificativa da Necessidade e Escopo de Atendimento

7.3.1. A contratação visa garantir o fornecimento contínuo e regular de água potável para o consumo nas unidades administrativas da sede do DSEI/Manaus e na Casa de Saúde Indígena (CASAI) Manaus. O suprimento é essencial para atender a profissionais, membros indígenas e visitantes, garantindo as condições de saúde, bem-estar e a plena continuidade das atividades institucionais.

7.3.2. A solução adotada consiste na recarga de garrações de 20 litros já pertencentes à Administração, o que otimiza recursos financeiros ao focar a despesa exclusivamente no insumo (água). Esta abordagem alinha-se aos princípios da economicidade e da sustentabilidade, ao promover a reutilização de embalagens.

7.4. Quantitativo Máximo para o Sistema de Registro de Preços (SRP)

7.4.1. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico para formação de Sistema de Registro de Preços (SRP), para uso exclusivo do DSEI/Manaus. Esta modalidade foi escolhida para conferir flexibilidade à Administração, permitindo que as aquisições sejam realizadas de forma parcelada, conforme a demanda real durante a vigência da ata.

7.4.2. O quantitativo total consolidado representa o limite MÁXIMO de unidades que poderão ser adquiridas pelo DSEI/Manaus durante a vigência da Ata de Registro de Preços, em estrita observância ao inciso I do art. 82 da Lei nº 14.133/2021. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar um quantitativo mínimo.

- Quantidade Máxima a ser Registrada em Ata: 3.636 unidades de recarga de garrafão de 20L.

7.4.3. Fica estabelecido que a Ata de Registro de Preços resultante deste certame não permitirá a adesão posterior por órgãos ou entidades não participantes ("carona").

7.5. Memória de Cálculo e Fundamentação do Quantitativo

7.5.1. O cálculo do quantitativo foi tecnicamente embasado na recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), que estabelece um consumo médio ideal de 2 (dois) litros de água por pessoa ao dia.

7.5.2. A demanda total foi consolidada a partir das solicitações formais das unidades administrativas e da CASAI Manaus. Os quantitativos solicitados foram analisados e, quando necessário, ajustados em alinhamento com a Coordenação de Gestão para compatibilizar as projeções com a realidade institucional e as limitações orçamentárias, tudo devidamente formalizado no Documento de Formalização da Demanda (DFD).

Gás Liquefeito de Petróleo - GLP

7.6. Justificativa da Necessidade e Escopo de Atendimento

7.6.1. A aquisição de gás GLP, por meio de recarga para botijões de 13kg, é indispensável para a manutenção das atividades na Casa de Saúde Indígena (CASAI) Manaus e nos Polos Base vinculados ao DSEI/Manaus. O insumo é essencial para o preparo de refeições destinadas a pacientes indígenas, acompanhantes e profissionais, e também utilizado em procedimentos técnicos de saúde, como o aquecimento para processamento de amostras em diagnósticos de tuberculose (TB).

7.6.2. As unidades já dispõem dos botijões retornáveis, o que torna a contratação de recargas a solução mais econômica e sustentável, otimizando a logística de substituição dos recipientes vazios pelos cheios e direcionando o recurso público exclusivamente para a aquisição do combustível.

7.7. Quantitativo Máximo para o Sistema de Registro de Preços (SRP)

7.7.1. A contratação seguirá o mesmo rito de Pregão Eletrônico para formação de Sistema de Registro de Preços (SRP), para atender exclusivamente às necessidades do DSEI/Manaus.

7.7.2. O quantitativo consolidado representa o limite MÁXIMO de recargas que poderão ser solicitadas durante a vigência da Ata, conforme o inciso I do art. 82 da Lei nº 14.133/2021. Igualmente, a existência de preços registrado snão gera obrigação de aquisição de quantitativo mínimo.

- Quantidade Máxima a ser Registrada em Ata: 432 unidades de recarga de botijão de 13kg.

7.7.3. A Ata de Registro de Preços para este item também será fechada para adesões posteriores por órgãos não participantes.

7.8. Memória de Cálculo e Fundamentação do Quantitativo

7.8.1. O levantamento do consumo foi fundamentado na análise do histórico operacional da CASAI e dos Polos Base, considerando as necessidades regulares para cocção de alimentos e para a realização de exames clínicos.

7.8.2. As demandas que se mostraram atípicas em relação à média institucional foram tecnicamente ajustadas em conjunto com as coordenações demandantes. Foram ponderados fatores como o número de usuários atendidos, a capacidade de armazenamento local e o padrão histórico de consumo. O resultado dessa análise foi consolidado no Documento de Formalização da Demanda (DFD), que serve de base para a presente estimativa.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 157.581,00

8.1. A estimativa de valor para a presente contratação foi apurada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021. Foram elaborados relatórios de pesquisa de preços distintos para cada item, utilizando como parâmetros, de forma combinada, dados do Painel de Preços do Governo Federal, da base nacional de notas fiscais eletrônicas e de contratações similares realizadas por outros órgãos públicos no último ano.

8.2. Para o item água mineral natural (CATMAT 445485), a pesquisa resultou em um conjunto robusto de preços de fornecedores locais, permitindo a aplicação de filtros estatísticos para expurgar valores atípicos e chegar a um preço médio de mercado confiável.

8.3. Para o item gás liquefeito de petróleo - GLP (CATMAT 461652), a pesquisa também utilizou as fontes oficiais, e os dados foram tratados com critérios técnicos para assegurar a representatividade dos preços para a região de Manaus, considerando os custos logísticos inerentes ao abastecimento local.

8.4. A metodologia para ambos os itens seguiu os critérios estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, compreendendo a análise de múltiplas fontes, tratamento estatístico dos dados e a verificação da compatibilidade dos preços com as particularidades da execução contratual.

8.5. Para o Item 1 (Gás GLP), o quantitativo máximo estimado é de 432 unidades, com valor total estimado de R\$ 92.823,84 (Noventa e dois mil, oitocentos e vinte e três inteiros e oitenta e quatro centésimos).

8.6. Para o Item 2 (Água Mineral), o quantitativo máximo estimado é de 3.636 unidades, resultando no valor total estimado de R\$ 64.757,16 (Sessenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e sete inteiros e dezesseis centésimos).

8.7. Tabela-Resumo da Estimativa de Valor

Item	Descrição	CATMAT	Quantidade Total Estimada	Valor Unitário Estimado	Valor Total Estimado
1	Recarga de Gás GLP, botijão de 13kg	461652	432	R\$ 214,87	R\$ 92.823,84
2	Recarga de Água Mineral Natural, garrafão de 20L	445485	3.636	R\$ 17,81	R\$ 64.757,16
VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:					R\$ 157.581,00

8.8. Conclui-se que os preços estimados para ambos os insumos são compatíveis com os praticados no mercado, viáveis economicamente e condizentes com os princípios da razoabilidade e da economicidade. Os valores apurados atendem adequadamente à demanda projetada para o fornecimento de:

- **Água Mineral:** às unidades administrativas da sede do DSEI/Manaus e à CASAI Manaus.
- **Gás GLP:** à CASAI Manaus e aos Polos Base vinculados.

8.9. A presente contratação está prevista e justificada no Documento de Formalização de Demanda (DFD) nº 39/2024.

8.10. As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União para o presente exercício financeiro (2025), conforme a seguinte dotação orçamentária:

- Gestão/Unidade: 00001 / 257027
- Fonte: 1001000000
- Programa de Trabalho: 234651
- Natureza da Despesa: 339030 - Material de Consumo

8.11. Todas as condições, direitos e obrigações, inclusive as penalidades aplicáveis, são regidos pela Lei nº 14.133/2021 e pela legislação correlata, sendo parte integrante da futura Nota de Empenho, não podendo o contratado alegar desconhecimento.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A decisão quanto ao parcelamento do objeto — neste caso, o fornecimento de água mineral natural e de gás liquefeito de petróleo (GLP) — considera os aspectos técnicos, econômicos e operacionais, visando garantir a economicidade, a eficiência da execução e a ampliação da competição, em conformidade com a legislação vigente.

9.2. Conforme dispõe a Súmula nº 247 do Tribunal de Contas da União (TCU), é obrigatória a adjudicação por item em objetos de natureza divisível, como forma de favorecer a ampla participação de licitantes. Essa diretriz está alinhada aos princípios da nova Lei de Licitações.

9.3. No presente caso, os itens são distintos, autônomos e pertencem a mercados fornecedores diferentes, sendo, portanto, plenamente divisíveis. O fornecimento de água mineral e o de gás GLP possuem cadeias produtivas e logísticas independentes, o que torna o parcelamento não apenas viável, mas recomendável.

9.4. Dessa forma, opta-se pelo parcelamento da contratação por item, ou seja, um item para o fornecimento de água mineral e outro para o gás GLP. Tal medida possibilita a adjudicação individualizada e amplia a disputa, em observância ao princípio do parcelamento, previsto no art. 40, inciso V, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021. Essa abordagem também se alinha ao princípio da competitividade, insculpido no art. 5º da mesma norma.

9.5. Esclarece-se, contudo, que o parcelamento se refere exclusivamente aos itens. A gestão e a fiscalização de ambos os contratos serão realizadas de forma centralizada pela equipe do DSEI/Manaus. Não haverá, portanto, parcelamento geográfico (por local de entrega) ou por unidade organizacional, modelo que simplifica o acompanhamento, garante a uniformidade dos procedimentos e otimiza a eficiência administrativa.

9.6. Assim, a contratação será parcelada por item, com gestão centralizada, garantindo o atendimento integral às demandas da sede do DSEI/Manaus e da CASAI/Manaus (para o item água mineral) e da CASAI/Manaus e dos Polos Base (para o item gás GLP), conforme os critérios técnicos, legais e operacionais definidos neste estudo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Em cumprimento ao que dispõe o art. 18, § 1º, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, esta seção identifica as contratações anteriores que possuem vínculo direto com o objeto ora planejado, de modo a fornecer um panorama histórico do consumo e fundamentar a nova estimativa de demanda.

10.2. A presente contratação, que visa ao fornecimento de água mineral natural e gás liquefeito de petróleo (GLP), representa a continuidade de suprimentos essenciais, cujos processos anteriores são:

10.2.1. Água Mineral (Processo nº 25037.000057/2024-06): Este processo teve por objeto o fornecimento de água mineral (garrações de 20 litros) para a Sede do DSEI/Manaus e para a CASAI/Manaus. O histórico de execução revela que, de um total previsto de 3.500 unidades para 12 meses, foram efetivamente adquiridas 2.890 unidades, uma redução decorrente de restrições orçamentárias. A presente demanda utiliza esse consumo real como base para uma nova estimativa, mais ajustada à realidade orçamentária e operacional.

10.2.2. Gás GLP (Processo nº 25037.000798/2024-89): Teve por objeto o fornecimento de gás GLP (botijões de 13kg) para a CASAI/Manaus e os Polos Base. O consumo registrado em 2024 foi de 276 recargas, volume que atendeu apenas parcialmente à necessidade real, também por limitações orçamentárias. A contratação atual visa, portanto, suprir a demanda reprimida e garantir o abastecimento integral para o exercício de 2025.

10.3. Diante do exposto, conclui-se que a presente licitação não é interdependente, mas sim correlata a processos anteriores. Trata-se de uma continuidade operacional, cuja nova estimativa de quantitativos foi ajustada com base no histórico de consumo e na necessidade de adequação à demanda real das unidades, sanando as restrições observadas no exercício anterior.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente contratação está plenamente alinhada ao planejamento estratégico do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI/Manaus e às diretrizes operacionais da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI/MS). O objeto visa garantir a continuidade de serviços essenciais de apoio às atividades administrativas e assistenciais, por meio do fornecimento contínuo de água potável e gás liquefeito de petróleo (GLP).

11.2. A demanda encontra-se devidamente formalizada e consolidada no Plano de Contratações Anual (PCA) de 2025 do DSEI/Manaus, o qual já contempla a inclusão de ambos os itens, reforçando o alinhamento da presente contratação com o planejamento oficial da unidade.

11.3. A contratação contribui diretamente para as metas institucionais do DSEI/Manaus voltadas à promoção da saúde indígena, ao bem-estar dos usuários e ao suporte logístico da CASAI/Manaus e dos Polos Base, cuja operação depende da disponibilidade contínua destes insumos básicos.

11.4. Ambos os itens — água mineral e gás GLP — são bens de consumo de natureza contínua e recorrente, cuja previsibilidade justifica sua inclusão no planejamento anual, em observância à diretriz estabelecida no art. 12, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021. A compatibilização da contratação com o Plano de Contratações Anual é um requisito da fase preparatória, conforme o art. 18, caput, da mesma lei, e atende aos princípios da eficiência e da continuidade do serviço público.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 A contratação, para além do mero suprimento de insumos, visa alcançar resultados que materializam o interesse público envolvido, conforme preconiza o art. 6º, inciso XX, da Lei nº 14.133/2021. Os benefícios esperados representam o "resultado de contratação mais vantajoso" para a Administração Pública, em alinhamento com o art. 11 da mesma lei, e se desdobram nas seguintes dimensões:

12.2. Garantia da Saúde e Segurança Sanitária

12.2.1. O fornecimento contínuo de água potável de qualidade é uma medida profilática essencial para a prevenção de doenças de veiculação hídrica (DVAs), como diarreias agudas e infecções intestinais, contribuindo diretamente para a segurança sanitária e a redução da morbimortalidade nas comunidades assistidas.

12.2.2. A disponibilidade de gás GLP para a cocção de alimentos é igualmente um fator de saúde pública, pois substitui o uso de combustíveis como lenha em ambientes fechados, cuja fumaça e fuligem são prejudiciais ao sistema respiratório, prevenindo o agravamento de doenças pulmonares.

12.3. Melhoria da Qualidade de Vida e do Acolhimento

12.3.1. O acesso regular à água mineral assegura a satisfação de necessidades básicas de hidratação e higiene, promovendo condições de vida mais dignas para os indígenas acolhidos, seus acompanhantes e os profissionais que atuam nas unidades do DSEI/Manaus e na CASAI/Manaus.

12.3.2. Da mesma forma, o fornecimento ininterrupto de gás GLP garante o funcionamento das cozinhas e refeitórios, sendo um pilar para o bem-estar e o acolhimento humanizado dos pacientes e seus familiares, que dependem da estrutura assistencial durante o tratamento.

12.4. Promoção da Dignidade e Equidade Social

12.4.1. Ao garantir o acesso a insumos básicos como água potável e gás de cozinha, a contratação materializa os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da saúde como um direito fundamental. Essa ação reforça o compromisso do Estado com a equidade no atendimento às populações indígenas e com a efetivação do interesse público, princípio basilar da Administração Pública.

12.4.2. A presente contratação, portanto, não se resume a uma simples aquisição, mas representa um esforço institucional para reduzir desigualdades estruturais, assegurando que as comunidades indígenas atendidas pelo DSEI/Manaus tenham acesso a recursos essenciais para uma vida digna e saudável.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Em atendimento ao disposto no art. 18, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, declara-se que a estrutura do DSEI/Manaus está apta para a execução e fiscalização do futuro contrato, não sendo necessária a adoção de providências prévias de infraestrutura ou capacitação, conforme detalhado a seguir.

13.2. A estrutura logística do órgão já contempla almoxarifado adequado e operacionalmente capacitado para o recebimento, o armazenamento e o controle dos insumos, sejam os garraões retornáveis de água mineral de 20 litros ou os botijões de gás liquefeito de petróleo (GLP) de 13kg.

13.3. O corpo técnico e administrativo do DSEI/Manaus encontra-se devidamente habilitado para realizar o acompanhamento, a fiscalização e o atesto da execução contratual, atividades a serem desempenhadas por fiscais formalmente designados, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

13.4. Ressalta-se, por fim, que a contratação representa uma medida de racionalização de recursos, promovendo economicidade e eficiência administrativa, uma vez que viabiliza o atendimento contínuo e seguro às unidades sem a necessidade de investimentos complementares em infraestrutura ou em capacitação de pessoal.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Em observância ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, estabelecido no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, e em cumprimento à exigência do art. 18, § 1º, inciso XII, da mesma lei, esta seção analisa os potenciais impactos ambientais da contratação e descreve as medidas mitigadoras adotadas.

14.2. A principal medida para a mitigação de impactos ambientais nesta contratação é a escolha da solução em si: o fornecimento de água e gás será realizado exclusivamente em embalagens retornáveis e reutilizáveis (garraões de 20L e botijões de 13kg). Essa abordagem é a mais sustentável, pois reduz drasticamente a geração de resíduos sólidos e o consumo de recursos para a fabricação de novas embalagens.

14.3. A contratada será integralmente responsável pela implementação da logística reversa dos recipientes, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos). Essa responsabilidade inclui:

- a) O recolhimento de todos os garraões e botijões vazios nos locais de entrega, no mesmo ato de um novo fornecimento.
- b) A garantia de que os recipientes sejam devidamente higienizados, inspecionados e, no caso dos botijões de GLP, requalificados dentro dos prazos normativos, para serem reinseridos no ciclo de consumo com segurança.
- c) A destinação final ambientalmente adequada para os recipientes que atingirem o fim de sua vida útil, comprovando o descarte correto junto a empresas licenciadas, quando solicitado pela fiscalização.

14.4. Adicionalmente, o Termo de Referência exigirá que a contratada adote práticas que minimizem o impacto de sua operação logística, como a otimização de rotas de entrega para reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Para o transporte de GLP, a empresa deverá comprovar a posse de todas as licenças ambientais e de segurança exigidas para o transporte de produtos perigosos.

14.5. Dessa forma, conclui-se que os potenciais impactos ambientais da contratação são significativamente minimizados pelas medidas adotadas desde a concepção do objeto, alinhando a aquisição às melhores práticas de sustentabilidade e consumo consciente.

14.6. Em observância às boas práticas de governança e planejamento, foi realizada a análise dos principais riscos que podem comprometer o sucesso da contratação, bem como das medidas mitigadoras associadas:

14.6.1. Risco 1

14.6.1.1. Falha na entrega ou fornecimento de produtos em desconformidade.

14.6.1.2. Medidas Mitigadoras:

- Exigência de qualificação técnica na fase de habilitação (atestados de capacidade);
- fiscalização rigorosa no ato do recebimento provisório e definitivo, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021; e
- previsão de aplicação de sanções contratuais em caso de descumprimento.

14.6.2. Risco 2:

14.6.2.1. Preço registrado se tornar economicamente desvantajoso frente ao mercado.

14.6.2.2. Medidas Mitigadoras:

- O modelo de Sistema de Registro de Preços não obriga a Administração a contratar, conforme o art. 83 da Lei nº 14.133/2021. Caso o preço de mercado se torne significativamente inferior ao registrado, a Administração poderá, de forma justificada, realizar uma licitação específica. Considerando a baixa complexidade do objeto, a padronização dos produtos e a ampla oferta no mercado, os riscos são considerados baixos e gerenciáveis por meio das cláusulas do edital e da fiscalização ordinária, sendo dispensada, nesta fase, a elaboração de uma Matriz de Riscos detalhada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Com base em todos os elementos analisados neste Estudo Técnico Preliminar e em cumprimento ao disposto no **art. 18, § 1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021**, declara-se a **plena viabilidade da contratação** para o fornecimento, por meio de recarga, de água mineral natural e gás liquefeito de petróleo (GLP). A solução proposta mostra-se técnica, econômica e juridicamente adequada para atender à necessidade da Administração.

15.2. Viabilidade Técnica e Operacional A contratação é tecnicamente viável, pois os insumos são essenciais para a garantia da saúde e para a continuidade das atividades assistenciais, suprimindo uma necessidade contínua. Do ponto de vista operacional, o DSEI/Manaus já dispõe da infraestrutura física (almoxarifado) e dos recursos humanos capacitados para o recebimento, armazenamento, controle e fiscalização dos contratos, não sendo necessária qualquer providência ou investimento adicional.

15.3. Viabilidade Econômica e Sustentável A pesquisa de preços demonstrou a compatibilidade dos valores estimados com os praticados no mercado, assegurando a viabilidade econômica. A solução de contratar apenas a recarga de recipientes retornáveis (garrações e botijões), já pertencentes à Administração, é a mais vantajosa, pois otimiza os recursos públicos e atende ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, ao promover a logística reversa e reduzir drasticamente a geração de resíduos.

15.4. Alinhamento Legal e ao Planejamento A contratação atende a todos os preceitos da Lei nº 14.133/2021. A demanda para ambos os itens, com os quantitativos de **3.636 (três mil seiscentas e trinta e seis) recargas de água e 432 (quatrocentas e trinta e duas) recargas de gás GLP**, encontra-se devidamente consolidada e incluída no Plano de Contratações Anual (PCA) 2025, em conformidade com o art. 12, inciso VII, e o art. 18, caput, da referida lei.

15.5. Conclusão Diante do exposto, atesta-se a viabilidade da contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo para as fases de elaboração do Termo de Referência e do Edital, visando ao atendimento da demanda de fornecimento de:

- **Água Mineral:** para a sede do DSEI/Manaus e para a CASAI/Manaus.
- **Gás GLP:** para a CASAI/Manaus e para os Polos Base.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO BOSCO BAGGIO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 22/04/2026 às 18:07:42.

ZORANEIDE RAMOS DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 23/04/2026 às 09:13:09.

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MANAUS - AM

Contrato 60/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
60/2025	257027-DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MANAUS - AM	IGNA MARA RODRIGUES	24/04/2026 16:18 (v 0.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	144/2025	25037.001648/2025-73

1. OBJETO

(Processo Administrativo nº 25037.001648/2025-73)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº xx/2026, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A)
E

A União, por intermédio do(a) DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA - MANAUS, com sede no(a) Av. Djalma Batista, nº1018 - Chapada, CEP: 69.050-010, na cidade de Manaus-AM, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 29.043.834 /0001-66, neste ato representado(a) pelo(a) ANDRÉ CORRÊA MURA, coordenador distrital de saúde indígena, nomeado(a) pela Portaria nº 561/2023, de 19 de abril de 2023, publicada no DOU de 20 de abril de 2023, portador da Matrícula Funcional nº 2338564, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) [CONTRATADO], inscrito (a) no CNPJ/MF sob o nº [CNPJ], sediado(a) na [endereço], na cidade de [cidade]/[UF], doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por [nome e função no CONTRATADO], conforme [atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos], tendo em vista o que consta no Processo nº 25037.001648/2025-73 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90000/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral natural, sem gás, envasada em garrações de 20 (vinte) litros e gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13 (treze) kg, para atender as necessidades operacionais e assistenciais da Sede do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI/Manaus, da CASAI e Polo base, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1		461652		432		

	Gás Refino de Petróleo - GLP		Unidade			
2	Água Mineral Natural - 20L	445485	Unidade	3.636		

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;

1.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) data de sua assinatura, prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).

2.2. O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.4. O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O valor total da contratação é de R\$ 157.581,00 (cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e oitenta e um reais e zero centavos).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.8.1. A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 1 (um) mês;

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ~~ou para qualificação na contratação direta~~;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;
- 9.16. Realizar o fornecimento dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;
- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, em quantidade, qualidade adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.20. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.22. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.23. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.24. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.25. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.1.1. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.1.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.1.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Das indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.8. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.8.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.8.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I) Gestão/unidade: 257027 – DSEI Manaus;

II) Fonte de recursos:1001000000;

III) Elemento de despesa: 339030 - Material de Consumo;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1 Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Manaus, Seção Judiciária do Amazonas para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Manaus, 24 de abril de 2026

ANDRÉ CORRÊA MURA
Coordenador Distrital de Saúde Indígena de Manaus/DSEI-MAO
Portaria nº561/2023

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

19. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ANDRE RICARDO PEREIRA CORREA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 16:18:58.

DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MANAUS - AM

Ata de Registro de Preços 8/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
8/2025	257027-DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - MANAUS - AM	IGNA MARA RODRIGUES	27/04/2026 13:23 (v 3.7)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	144/2025	25037.001648/2025-73

1. DO OBJETO

Processo Administrativo nº 25037.001648/2025-73

Ata de Registro de Preços nº 90000/2026

O DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGENA MANAUS - DSEI/MAO, com sede no Av. Djalma Batista, nº 1018 - Chapada, CEP: 69.050-010, na cidade de Manaus-AM, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.394.544/0055-78, neste ato representado pelo senhor ANDRÉ CORRÊA MURA, Coordenador Distrital de Saúde Indígena, nomeado pela Portaria nº nº 561/2023, de 19 de abril de 2023, publicada no DOU de 20 de abril de 2023, portador da matrícula funcional nº 2338564, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90000/2026, publicada no de/04/2026, processo administrativo n.º 25037.001648/2025-73, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral natural, sem gás, envasada em garrações de 20 (vinte) litros e gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13 (treze) kg especificado(s) no item 1.1 do Termo de Referência, anexo do edital de licitação, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor Razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante
--

Item	Especificação	Marca	Unidade	Quant. Máxima	Quant. Mínima	Valor Unitário	Valor Total
1			Unidade				
2			Unidade				

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o Distrito Sanitário Especial Indígena - Manaus.

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (item obrigatório)

4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3. Na formalização do contrato deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Não se aplica.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Manaus, 24 de abril de 2026

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador

representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]								
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Fornecedor [razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]								
Item do TR	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOAO BOSCO BAGGIO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 17:52:17.

ZORANEIDE RAMOS DOS SANTOS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 27/04/2026 às 13:23:21.

ANDRE RICARDO PEREIRA CORREA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 24/04/2026 às 16:19:37.

Apêndice II
MODELO DE PROPOSTA

Nome da sua Empresa:
Endereço da sua Empresa c/ CEP:
Telefone da sua Empresa:
E-mail da sua Empresa:
CNPJ da sua Empresa:
À [Órgão Responsável pela Licitação]

Ref.: Proposta de Licitação - [Nome da Licitação]

2. Objeto da Licitação

Nosso interesse em participar desta licitação refere-se à prestação de serviços/aquisição de/para [descrever detalhadamente o objeto da licitação, conforme especificações do edital].

3. Preços e Condições de Pagamento

Inserimos abaixo a planilha com os detalhes dos preços e condições de pagamento:

Item	Descrição do Serviço/material	CATSER/CATMAT	UNIDADE	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	[Descrição]			[Quantidade]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
3	[Descrição]			[Quantidade]	R\$ [Valor]	R\$ [Valor]
...
Total						R\$ [Total]

Prazo de Execução e Condições de Pagamento conforme estabelecido no instrumento convocatório.

5. Validade da Proposta

Esta proposta é válida por [inserir prazo] a partir da data de sua apresentação.

6. Contato e Esclarecimentos

Para eventuais esclarecimentos ou negociações, estamos à disposição nos seguintes contatos:

[Responsável pela Proposta]

[Telefone para Contato]

[E-mail para Contato]

[Outros meios de comunicação, se aplicável]

Atenciosamente,

[Assinatura do Responsável Legal da Empresa]
[Nome do Responsável Legal] [Cargo do Responsável Legal]
[Nome da sua Empresa]



Ministério da Saúde
Secretaria de Saúde Indígena
Distrito Sanitário Especial Indígena - Manaus
Serviço de Contratação de Recursos Logísticos

APROVAÇÃO MOTIVADA DOS ARTEFATOS

Processo administrativo nº 25037.001648/2025-73

Tipo de licitação: Pregão Eletrônico - Sistema de Registro de Preços (SRP) - conduzido pelo SELOG Manaus.

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de água mineral natural, sem gás, envasada em garrações de 20 (vinte) litros, e gás liquefeito de petróleo (GLP), acondicionado em botijões de 13 (treze) kg, para atender às necessidades operacionais e assistenciais da Sede do Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI/Manaus, CASAI/Manaus e dos 19 (dezenove) Polos-Base, garantindo a continuidade dos serviços prestados à população indígena, pelo período de 12 (doze) meses.

1. Trata-se da aprovação motivada do Mapa de Risco nº 27/2025 - 0049999289, do Estudo Técnico Preliminar nº 31/2025 - 0049999205, Termo de Referência nº 63/2025 - 0049999216, Minuta do contrato 0049999235 e minuta do edital 0049999265 que integram o Processo Administrativo nº 25037.001648/2025-73, referente ao procedimento licitatório na modalidade Pregão eletrônico, com critério de julgamento pelo menor preço, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do item 9.1 do Termo de Referência.

2. As justificativas técnicas e administrativas encontram-se devidamente instruídas no Documento de Formalização da Demanda nº 39/2024 - 0049978421, refletidas nos artefatos mencionados, bem como complementadas no Relatório 0048650503, Parecer Técnico 0048721683 e na Autorização para Abertura de Processo Ordinário - 0048631920.

3. Ressalte-se que os estudos apresentados demonstram a viabilidade técnica, a compatibilidade com o planejamento institucional e a vantagem da contratação, conforme dispõe o § 3º do art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 81/2022.

4. Diante do exposto, com fundamento no inciso II do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, combinado com os incisos I e II do art. 14 do Decreto nº 10.024/2019, e nos termos da Portaria nº 561/2023, de 19 de abril de 2023 (DOU de 20.04.2023), aprovo formalmente o Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência supracitados, que servirão de base para a deflagração do certame licitatório na modalidade Pregão eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços.

ANDRÉ CORRÊA MURA

Coordenador Distrital de Saúde Indígena de Manaus/DSEI-MAO
Portaria nº. 561/2023



Documento assinado eletronicamente por **João Bosco Baggio, Farmacêutico(a)**, em 23/10/2025, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Zoraneide Ramos dos Santos, Membro de Comissão**, em 23/10/2025, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Ricardo Pereira Corrêa, Coordenador(a) Distrital de Saúde Indígena**, em 23/10/2025, às 16:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#); e art. 8º, da [Portaria nº 900 de 31 de Março de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.saude.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0049999450** e o código CRC **7BAC8C9F**.

Referência: Processo nº 25037.001648/2025-73

SEI nº 0049999450

Serviço de Contratação de Recursos Logísticos - SELOG/MAO
Avenida Djalma Batista, nº 1018 - Bairro Chapada, Manaus/AM, CEP 69050-010
Site - www.saude.gov.br